

OS DESAFIOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM FACE AO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO, NO MUNICÍPIO DE ARAGUATINS-TOCANTINS

Daiana lima de Andrade¹, Adriane Pereira Barros², Fernando José Sousa Borges³, Juliana de Paula Alves⁴,
Lucas Moraes Silva⁵, Thiago de Loiola Araújo e Silva⁶, Rayane Reis Sousa⁷.

¹ Graduanda em Agronomia, IFTO-Campus Araguatins, daiana.lima26@hotmail.com, ² Graduanda em Agronomia, IFTO-Campus Araguatins, engenheira.adrianebarros@gmail.com, ³ Graduando em Agronomia, IFTO-Campus Araguatins, fernandoborges_agro@hotmail.com, ⁴ Graduanda em Agronomia, IFTO-Campus juliana_paula_alves@hotmail.com, ⁵ Graduando em Agronomia, IFTO-Campus Araguatins, lucas07moraes07@gmail.com, ⁶ Engenheiro Ambiental, docente, IFTO-Campus Araguatins, engtiagola@hotmail.com, ⁷ Graduanda em Agronomia, IFTO-Campus Araguatins, rayanereis_sousa@hotmail.com.

Resumo-Abstract

RESUMO - A estabilidade e a continuidade das pequenas propriedades no Brasil, especialmente na Agricultura Familiar, dentro dos assentamentos rurais, não são apenas um desafio, mas a sobrevivência do campo como história de desenvolvimento rural e social e, também, a produção local de alimentos de uma sociedade. A pesquisa objetivou avaliar as características demográfica e socioeconômica dos pequenos agricultores dos Projetos de Assentamentos (PAs), localizado no município de Araguatins, no Tocantins. A metodologia utilizada neste estudo está baseada em um estudo de caso, com coleta de dados por meio da aplicação de questionários aos assentados visitados, totalizando 20 propriedades. Os principais resultados mostram nível de escolaridade baixo, a carência de assistência técnica rural aos assentados são fatores de descaso pelos órgãos competentes e a ausência de cooperação dos produtores desestimula as organizações coletivas no assentamento.

Palavras-chave: Aptidão, desenvolvimento rural, políticas públicas no campo.

ABSTRACT - The stability and continuity of small farms in Brazil, especially in Family Agriculture, within rural settlements, are not only a challenge, but the survival of the countryside as a history of rural and social development, as well as the local food production of a society. The objective of this research was to evaluate the demographic and socioeconomic characteristics of the Smallholders of the Settlements Projects (PAs), located in the municipality of Araguatins, Tocantins. The methodology used in this study is based on a case study, with data collection through the application of questionnaires to the settlers visited, totaling 20 lots. The main results show low level of education, the lack of rural technical assistance to the settlers are factors of disregard by the competent organs and the lack of cooperation of the producers discourages the collective organizations in the settlement.

Keywords: Aptitude, rural development, public policies in the countryside

Introdução

A agricultura familiar tem assumido, ao longo do tempo, um papel socioeconômico de grande relevância no âmbito do agronegócio brasileiro. Seu desenvolvimento é alcançado como uma das pré-condições para uma sociedade economicamente mais eficiente e socialmente mais justa. Para tanto, existem, segundo os autores, fatores que afetam significativamente o desempenho dos empreendimentos rurais, muitos dos quais fogem do controle da unidade de produção, enquanto outros, como a gestão da produção, estão mais diretamente vinculadas ao seu controle (LOURENZANI, 2008).

Agricultura familiar não é um termo novo, mas passou a contemplar novas significações ao propor um tratamento mais analítico de sua terminologia, o que possibilitou sua ampliação nas discussões acadêmicas, nas políticas de estado e no âmbito dos movimentos sociais (DAL SOGLIO, KUBO, 2009).

Desse modo, este estudo tem por objetivo caracterizar e avaliar os fatores demográficos e socioeconômicos da população residente nos Assentamentos, do município de Araguatins, estado do Tocantins, destacando fatores, como: a composição familiar; as atividades produtivas.

Material e Métodos

Para esta análise definiu-se por realizar um estudo de caso, que de acordo com (YIN,2001), e diante de análises qualitativas e quantitativas abordadas por (CRESWELL,2010).

Moraes (1999) exhibe uma descrição e interpretação das informações das classes de documentos e textos da pesquisa de campo, por meio da análise de conteúdo. Portanto, este estudo possui caráter qualitativo, complementado por dados quantitativos, utilizando-se de documentação e pesquisa de campo, com aplicação de questionários e entrevistas.

Para a realização da pesquisa nos PAs foram feitas visitas às propriedades

rurais, e aplicados os questionários no período de janeiro a fevereiro de 2018. Depois, foi encerrada a pesquisa de campo, com 20 questionários aplicados. A análise e interpretação dos dados coletados foram realizadas conforme o método descritivo, utilizando-se, ainda, técnicas de análise tabular e gráfica.

Resultados e Discussão

Todos os produtores para terem acesso ao PRONAF devem ter o título do lote e/ou a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) (BRASIL,2004). O que se constatou nos Assentamentos pesquisado é que alguns lotes ainda não possuem a titularidade expedida pelo INCRA, apenas 47,8% dos produtores possuem a DAP, e 21,1% possuem apenas a Certidão de Posse, 17,8% tem apenas uma Carta de Desistência (situação esta dos segundo, terceiro e quarto donos) e 13,3% não possuem nenhum tipo de documento relacionado ao lote.

Uma das maiores críticas dos produtores está pertinente ao tamanho do lote e à sua divisão, e para alguns assentados a distância do lote societário para a sua produção é de complicado acesso, tanto pela distância, quanto pelo fato de muitos não possuírem meios de transporte (mais de 5 km até o lote societário), estando, muitas vezes, mais viável o arrendamento, pois a dinâmica do societário nunca funcionou e não possui aprovação dos produtores, conforme contaram.

Quando se avalia a composição das famílias que moram nos lotes do Assentamento, verifica-se uma maior predominância de 02 a 04 pessoas por residência. Em 34,4% dos lotes moram famílias compostas por 02 pessoas, 24,4% correspondem a famílias com 04 pessoas e 14,4% com 03 pessoas. Tais dados distinguem que muitas famílias possuem filhos residindo no meio rural, entretanto, a sua permanência no campo ainda é incerta. Sobre a composição familiar, destaca-se: esposa, esposo, filhos, pai, mãe, irmãos, sogra, sogro, noras, genros, netas e netos morando no mesmo lote.

Dos 66,7% de casados e 14,4% de juntos, chegam a 45,5% os casais com filhos, dos quais 35,5% são meninos e 23,3% são meninas. Além disso, 32,2% dos casais não possuem filhos, que, em sua maioria, são aposentados/pensão, chegando a 59% do total e os demais são compostos por separados com filhos, viúvas com netos e irmãos, sendo estimados apenas os residentes nos lotes.

Tabela 1: Quantidade de moradores residentes nos Assentamentos e o sexo da população pesquisada.

Responsável pela Família		
Sexo	Percentual (%)	Nº de Assentados
Masculino	72,2%	14
Feminino	27,8%	06
Total	100	20

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que o maior percentual de responsável pela família ainda se refere ao homem, com 72,2% dos assentados. Entretanto, considerando a composição familiar, o feminino se torna mais evidente, representando mais de 53% dos membros da família, como pode ser ressaltado na Tabela 1.

Grande parte dos produtores diz que o pouco estudo está pertinente à vida no campo. Descrevem que tinham que trabalhar com os pais, que não dava tempo para estudar e/ou que não tiveram oportunidade de escola próxima de suas residências. Dos 35,5% de meninos e 23,3% de meninas, 51% estão estudando em diferentes níveis de escolaridade e 51% auxiliam nas atividades do campo e cerca de 27% possuem atividades de trabalho externa ao meio rural.

O tempo de moradia no Assentamento, entre 03 e 09 anos, chega a mais de 90% dos assentados. Outro fator relevante examinado é que 80% dos produtores estão no meio rural a mais de 20 anos. Isso mostra que o ambiente rural é inerente ao assentado, contudo a aptidão ao campo é uma circunstância bem adversa.

As linhas de crédito, como o PRONAF e outros empréstimos, são pouco aproveitadas nos Assentamentos, pois somente 33,3% dos assentados possuem financiamentos. Uma situação muito importante é que 20% dos 33,3% não possuem nenhum animal (vacas de leite) do referido financiamento, pois,

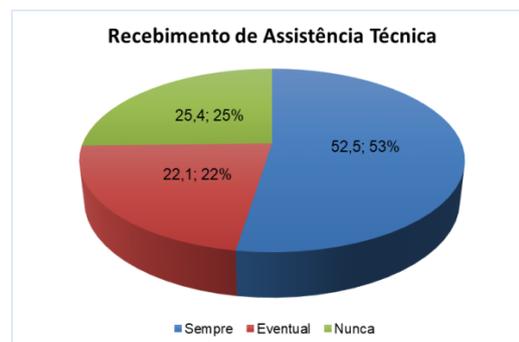
conforme vários produtores, mudaram suas atividades de renda, relatando que: “foram induzidos a receber o financiamento, de maneira que adquirissem animais de uma determinada raça e um valor de assistência técnica rural nunca existiu e a maioria dos animais não rendeu o esperado”.

Sobre a produção orgânica nos Assentamentos, ainda não se tem um entendimento do que verdadeiramente esta atividade constitui-se, como ela deverá ser empreendida e quais caminhos de sua comercialização por parte de grande parte dos assentados.

Tal fato foi demonstrado nos relatos dos 5,6% de produtores que acreditam desenvolver esta prática, no entanto, se tropeçam no quesito “não possuir assistência técnica adequada”. No entanto, muitos deles esperam que para a saúde e bem-estar das pessoas, especialmente das crianças, a produção orgânica é de extrema importância para uma vida mais saudável no lote e fora dele.

O leite, com 14 (72,2%) e a hortaliças e fruticultura com 06 produtores (27,8%), formando a base de sustentação na produção do lote e demais atividades seguintes.

Figura 1: Percentual de Recebimento de Assistência Técnica Rural dos Assentados.



Fonte: Dados da pesquisa.

Conclusões

A Pesquisa delineou uma descrição demográfica e socioeconômica nas propriedades rurais dos Assentamentos, localizado no município de Araguatins. Para tanto, ressaltou a visão do responsável pela família, que é o formador de opinião e o possuidor de condutas das atividades no campo, bem

como a tomada de decisões e o desenvolvimento futuro daquelas propriedades.

Deste modo, os resultados alcançados criam subsídios para o complicado estado de desenvolvimento local nos lotes de Assentamentos. De maneira gradual e legitimista e nos moldes de constatação desta pesquisa, mediante seus problemas, características pessoais e deficiência de uma estrutura fundiária de reforma agrária eficaz, formam um panorama incerto as pessoas dinamizadas neste processo. Por outro lado, a continuidade da propriedade, sem orientação, pode tornar este padrão de política pública uma regressão na Agricultura Familiar do país.

Por fim, sugere-se um maior desempenho do Estado no Assentamento, principalmente do INCRA, a fim de conferir a titularidade dos lotes e as DAPs aos assentados, e uma eficaz assistência técnica rural aos produtores, inserindo-os nos programas governamentais e uma melhor direção da propriedade e desenvolvimento de cunho local do assentamento.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Campus Araguatins do Tocantins pelo apoio e incentivo a pesquisa, e as comunidades no qual disponibilizaram seu tempo para responder os questionamentos.

Referências

1. BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Presidência da República. Brasília/DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 21 mar. 18.
2. CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa:** métodos qualitativo,

quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

3. DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. (orgs) **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2009.
4. LOURENZANI, W. L.; PINTO, L. B.; CARVALHO, E. C. A.; CARMO, S. M. A qualificação em gestão da agricultura familiar: a experiência da Alta Paulista. **Revista Ciência em Extensão da UNESP**. São Paulo, v.4, n.1., p. 62-76, 2008.
5. MORAES, R. Análise de conteúdo. **Educação**. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
6. YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.